

Senado analisa a reinvenção da poupança na busca pela redução de juros

Ministro da Fazenda explica hoje as novas regras na Comissão de Assuntos Econômicos, mas brasileiros já demonstram que mantêm a confiança no mais tradicional e popular investimento financeiro do país. No Congresso, medida provisória recebeu 24 sugestões de aprimoramento

Marcio Maturana

O RENDIMENTO PARA 100 milhões de brasileiros que guardam suas economias em caderneta de poupança será definido semana que vem, nos dias 29 e 30, durante a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). Se o órgão do Banco Central decidir baixar a taxa básica de juros (Selic) dos atuais 9% para 8,5% ou menos, será acionado pela primeira vez o gatilho que reduz a remuneração da caderneta de poupança: em vez dos tradicionais 6,17% ao ano mais a taxa referencial (TR), o rendimento dos depósitos feitos de 4 de maio em diante será de 70% da Selic mais a TR. Menor, com o objetivo de permitir aos juros no Brasil caírem mais.

— A queda da taxa Selic nesta próxima reunião do Copom é inevitável, até para marcar posição pela continuidade do processo de redução dos juros. Pode até não cair 0,5% agora, mas vai cair. Até o fim do ano, sem dúvida chega a 8,5% — avalia o economista Roberto Piscitelli, professor da Universidade de Brasília (UnB).

Hoje o ministro da Fazenda, Guido Mantega, explicará a mudança no Senado, em audiência pública conjunta da Comissão

de Assuntos Econômicos (CAE), presidida por Delcídio do Amaral (PT-MS), e da comissão mista formada por 13 senadores e 13 deputados para avaliar a urgência e a relevância da Medida Provisória 567/12, que pôs em vigor o novo cálculo. Essa comissão mista é presidida pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ). Na Câmara, o relator da MP será Henrique Fontana (PT-RS), que pretende entregar seu relatório na terça-feira que vem, dia 29. Delcídio será o relator no Senado.

— A audiência [de hoje] vai ser muito boa para esclarecer tudo. O ministro Mantega não vai falar apenas dos rendimentos da poupança, mas de toda a conjuntura econômica: câmbio, inflação, juros, dívidas dos estados com a União — disse Delcídio. O relatório de Fontana incluirá aceitação ou rejeição das 24 sugestões de modificações apresentadas na comissão mista. Foram 17 propostas de deputados e sete de senadores. A maioria dessas emendas propõe remuneração diferenciada de acordo com o saldo da poupança, estabelecendo limites como R\$ 15 mil, R\$ 20 mil ou R\$ 30 mil. As justificativas são de que isso protegeria o pequeno poupador. A base aliada do governo evitou apresentar emendas, para aglizar a votação.

No fim da fila

O Congresso tem até 1º de julho para aprovar ou rejeitar a MP, transformando-a em lei antes que ela perca a validade. São três votações: primeiro na comissão mista, depois na Câmara e, por último, no Senado. A partir de 17 de junho, a MP tranca a pauta da Câmara. O problema é que existem outras 13 medidas provisórias na

fila, mas a intenção dos líderes governistas é concluir tudo antes do recesso, que começa em 18 de julho, para que o trâmite da MP não seja atrapalhado pelas atenções que serão exigidas pelas eleições municipais do segundo semestre, inclusive as convenções partidárias.

Delcídio não tem dúvidas de que o Congresso vai conseguir aprovar tudo no prazo previsto. — É verdade que a oposição deve tentar uma série de artifícios para prejudicar a aprovação, mas estamos preparados para liquidar isso no tempo necessário — disse.

Robin Hood

Apesar de admitirem que será praticamente impossível impedir a aprovação da MP, os parlamentares de oposição apresentam pesadas críticas à mudança. O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), afirma que se trata de um Robin Hood às avessas: o governo estaria tirando dos pequenos poupadores para dar aos poderosos através da manutenção de financiamentos com juros subsidiados do BNDES, com taxas aquém do mercado.

— O PSDB tem outra proposta: adotar para a poupança, o FGTS e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) as mesmas taxas de juros de longo prazo praticadas pelo mercado. Em vez de reduzir, aumenta o rendimento das economias da população. É uma ideia do economista Pêrsio Arida, um dos pais do Plano Real, e vai ser encaminhada como projeto de lei simultaneamente à aprovação da MP — explica Alvaro.

Esse projeto não muda em nada a MP, mas pretende complementá-la. O senador tucano acredita que sua proposta vai



Mudança na rentabilidade não provocou uma corrida aos bancos para trocar investimentos: os brasileiros continuam confiando e aplicando na tradicional caderneta de poupança

resultar no aumento do poder aquisitivo dos assalariados e na redução de tributos como o PIS-Pasep. Além disso, o projeto vai propor a eliminação dos juros subsidiados nos empréstimos que o BNDES faz para grandes empresas, como as construtoras Odebrecht e Andrade Gutiérrez.

— Só nos últimos três anos, aproximadamente, houve transferência de mais de R\$ 260 bilhões do Tesouro Nacional para o BNDES, com o objetivo de financiar esses poderosos — crítica.

Mas o PSDB também tem emendas para a MP, inclusive duas de senadores. Aloysio Nunes Ferreira (SP) propõe que

depósitos que durem dois anos ou mais sejam sempre remunerados pela regra antiga, independentemente da Selic, e Flexa Ribeiro (PA) propõe isenção do Imposto sobre Operações de Crédito nas renegociações de dívidas.

Aceitação popular

Mas a aprovação da MP da Poupança pode ser facilitada pela boa aceitação que a medida teve pela sociedade. O professor Piscitelli observa que o mercado financeiro também viu as mudanças com bons olhos. Ele afirma que está tranquilo e que não mudou em nada suas próprias economias. — Desta vez o governo fez tudo

certo: anunciou, consultou, manteve os direitos intactos. Agiu com clareza e transparência. Tecnicamente, nem os economistas mais radicais podem criticar. E olha que em geral eu sou muito crítico. Mas era mesmo preciso fazer essa mudança, e ela aconteceu no momento adequado — disse o economista da UnB.

Além dos elogios de economistas como Piscitelli, a mudança no rendimento da poupança foi bem recebida pelos representantes dos trabalhadores — como CUT e Força Sindical — e dos empregadores — como a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Entre a população, ainda há dúvidas. Afinal,

a poupança é a mais popular e tradicional aplicação financeira do país, criada por dom Pedro II em 1861 e que se tornou um típico presente brasileiro dado pelos pais ao filho recém-nascido. As regras mudadas neste mês são de 1991, quando a inflação brasileira era muito mais alta que a atual.

Depois da audiência de hoje, a CAE fará outra, em data a ser confirmada, para debater as regras. Além de Mantega, participará o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal; o economista Mailson da Nóbrega; e o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin.

Captação de maio supera R\$ 4 bilhões

Matematicamente, os brasileiros têm demonstrado confiança na nova rentabilidade implementada pelo governo. Em abril, rumores de mudança no cálculo de rendimento fizeram a captação da poupança obter o melhor desempenho dos últimos cinco anos: os depósitos superaram os saques em R\$ 1,97 bilhão. Em maio, até o dia 15, a diferença foi de mais de R\$ 4 bilhões a favor dos depósitos. O total das cadernetas em todo o Brasil ultrapassa R\$ 438 bilhões.

Nos saques, as novas regras determinam que o dinheiro seja retirado prioritariamente do saldo dos depósitos realizados a partir de 4 de maio.

Só depois que ele se esgotar será usado o saldo anterior. Mas o cliente pode, através de manifestação formal, solicitar ao banco que o saque seja feito dos depósitos de antes da mudança. Os bancos já emitem extratos informando os saldos separadamente.

A medida não gera mudanças nos financiamentos habitacionais garantidos pela poupança: tanto antigos quanto novos depósitos terão que ter 65% de seu valor direcionados para financiamento habitacional. Além disso, especialistas consideram que, como a grande maioria dos recursos vai ser remunerada pela forma antiga, já que o percentual de novos

depósitos em relação ao todo é muito pequeno, o custo global não será significativo para os financiamentos habitacionais.

Como a desejada queda de juros já está acontecendo em toda a economia e chegou aos financiamentos habitacionais, quem adquiriu imóveis há pouco tempo pelas taxas anteriores está se sentindo prejudicado, porque as instituições financeiras se negam a renegociar os contratos, que têm parcelas mensais para pagamentos em até 30 anos. Num intervalo de poucas semanas, os juros nas parcelas da casa própria caíram de aproximadamente 11% para cerca de 9% ou menos.

Nova conjuntura deve ampliar opções

Poupanças com saldo de até R\$ 10 mil continuarão uma opção melhor que a maioria dos fundos de investimentos, segundo economistas, devido à isenção de taxas de administração e de impostos para pessoas físicas. Os pequenos poupadores, por isso, não serão prejudicados. Quem tem um valor maior para aplicar não terá prejuízos na poupança, mas poderá contar com um leque maior de investimentos.

— Para o pequeno poupador, a mudança no cálculo de rendimento não fará muita diferença. Para médios e grandes poupadores, acredito que o caminho natural seja surgirem novas opções

apresentadas pelos gestores. Isso é bom para o país porque pode ajudar a desconcentrar o mercado financeiro, com novas instituições e novas modalidades de aplicação — prevê Piscitelli.

O professor da UnB acredita que, como a poupança é uma aplicação muito atrelada à cultura do brasileiro, levará um bom tempo para que os pequenos poupadores comecem a procurar alternativas para aplicar o dinheiro. Ele prevê que com o novo cenário de queda dos juros, os bancos terão que reduzir suas taxas de administração.

Entre os investimentos que oferecem risco baixo, quase tanto quanto a caderneta de

poupança, estão os títulos do tesouro direto, o CDB e as letras de crédito imobiliário. Os fundos DI perderam a atratividade, a menos que as taxas de administração cobradas pelos bancos fiquem abaixo de 1% ao ano.

Segundo os consultores financeiros, quem já tinha dinheiro depositado na caderneta antes do dia 4 de maio de 2012 deve, de preferência, deixar tudo como está, a não ser que precise do dinheiro. Quanto aos novos depósitos, a indicação é analisar atentamente a melhor aplicação de acordo com o valor a ser investido, o prazo e o objetivo. Sem descartar a velha e boa caderneta de poupança.

Qual sua opinião sobre as novidades e o que pretende fazer com as suas economias?



EDUARDO PREARD, 52, COMERCÍARIO

Achei muito bom que o gatilho da redução não vai atingir os depósitos antigos, até porque aplico na poupança há mais de 20 anos. Dilma está no caminho certo, é preciso mesmo baixar os juros para acabar com a especulação financeira e reduzir os ganhos exagerados dos bancos.



JULIANA CAVALCANTE, 29, PUBLICITÁRIA

Quero iniciar uma aplicação, mas não sei mais se será uma poupança. Talvez escolha um fundo de renda fixa, vou conversar com o gerente. Será que tudo isso não é apenas uma manobra da presidente Dilma para ganhar votos para seus aliados nas eleições municipais deste ano?



JOÃO LUIZ OLIVEIRA, 42, COBRADOR DE ÔNIBUS

Tenho poupança há 15 anos e acho que, para mim, não vai mudar muita coisa. Prefiro manter tudo como está, não quero me arriscar a ter prejuízo. Talvez eu vá ao banco conversar com o gerente. Acho que a população em geral, assim como eu, não está completamente informada.



DALVA NETO, 49, VENDEDORA

Ouvi dizer que mudou sim, mas não sei os detalhes. Mesmo assim, estou tranquila com a novidade, pois tenho poupança há 20 anos em dois bancos diferentes e sei que ela é muito segura e simples, não dá dor de cabeça. O novo cálculo de rendimento não me preocupa.



ÂNGELO MACÁRIUS, 37, MÚSICO

Se o objetivo é realmente reduzir os juros para o consumidor, foi uma boa medida. Hoje a questão inflacionária está muito complicada. Para um profissional autônomo, como eu, fazer financiamento é mais difícil. Tenho poupança há dez anos e vou ao banco conversar para decidir.



ANDERSON JESUS DA SILVA, 29, VIGILANTE

Abri poupança há três anos e, apesar de eu depositar um pouquinho todo mês, acho que a mudança não vai me afetar tanto. Prefiro manter tudo como está e continuar fazendo meus depósitos no ritmo atual, de acordo com o que eu conseguir economizar a cada mês.

Compare as novas possibilidades de rendimento

As novas regras valem para todos os valores depositados após 3 de maio, independentemente do saldo, e mantêm a isenção de imposto de renda. As reuniões do Copom que definem a Selic acontecem quase todo mês

	DEPÓSITOS ATÉ 3/5/2012	DEPÓSITOS APÓS 3/5/2012	
Regra	Independente da taxa Selic:	Se a Selic for maior que 8,5% ao ano:	Se a Selic for igual ou menor que 8,5% ao ano:
	TR + 0,5% ao mês (ou 6,17% ao ano)	TR + 0,5% ao mês (ou 6,17% ao ano)	TR + 70% da Selic
	Igual a antes da medida provisória	Igual a antes da medida provisória	
Exemplo	com Selic a 9%: uma poupança de R\$ 1.000 terá saldo de R\$ 1.005,23 depois de um mês	com Selic a 9%: uma poupança de R\$ 1.000 terá saldo de R\$ 1.005,23 depois de um mês	com Selic a 8,5%: uma poupança de R\$ 1.000 terá saldo de R\$ 1.004,55 depois de um mês

Calendário da medida provisória no Congresso

até 30/5/2012 (28º dia)	Prazo para tramitação na Câmara
30/5/2012	Recebimento previsto no Senado
de 31/5/2012 a 13/6/2012 (42º dia)	Prazo para tramitação no Senado
13/6/2012	Se houver modificações feitas pelo Senado, devolução à Câmara
de 14/6/2012 a 16/6/2012 (43º ao 45º dia)	Prazo para apreciação das modificações do Senado, pela Câmara
17/6/2012 (46º dia)	Regime de urgência , obstruindo a pauta da Câmara
1/7/2012	Prazo final no Congresso

Saiba mais

Medida Provisória 567, de 3 de maio de 2012
<http://bit.ly/MP5672012>

História da caderneta de poupança
<http://bit.ly/historicoPoupanca>

Explicações sobre a poupança no site do Ministério da Fazenda
<http://bit.ly/explicarPoupanca>

As 24 emendas apresentadas à MP
<http://bit.ly/24emendas>

Audiência com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre o novo cálculo de rendimento (ao vivo na TV Senado, hoje às 10h)
[mms://drix.senado.gov.br/tv1](http://bit.ly/mms://drix.senado.gov.br/tv1)

Estudo da Consultoria do Senado sobre a discussão de mudança nas regras da poupança (2009)
<http://bit.ly/consultoriaPoupanca>

Histórico das taxas Selic
<http://bit.ly/historicoSelic>

Vídeo com o anúncio da mudança, pelo governo, no dia 3 de maio
<http://bit.ly/videoPoupanca>

Proposta do Ministério da Fazenda para a nova remuneração da poupança
<http://bit.ly/propostaPoupanca>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.gov.br/jornal